



www.mmcbrazil.com.br



*gênero
sexualidade
e direitos
das mulheres*

Gênero, sexualidade e direitos das mulheres



Publicação da
ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS
DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Abril de 2008

Organização:
Isaura Isabel Conte

Equipe de Elaboração:
Elisiane de Fátima Jahn
Isaura Isabel Conte
Mariane Denise Martins
Noeli Welter Taborda

Fotos:
Arquivo ANMC

Impressão:
Marka Editora Gráfica Ltda

Apoio:
Convênio 226/2007 SPM/AMTR-SUL

Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres



Secretaria da AMTR-SUL
Rua Sete de Setembro, 2070
Bairro Distrito Presidente Médice
89.806-150 - Chapecó - Sc
www.mmcbrazil.com.br

Introdução

Esta cartilha pretende ser um subsídio para estudo e debate a respeito do tema Gênero, Sexualidade e Direitos das Mulheres. Possui, também, algumas reflexões com base no acúmulo da luta do Movimento de Mulheres Camponesas. Suleado pela centralidade do tema Sexualidade, evidencia em sete subtítulos, diferentes abordagens.

Entendendo a Sexualidade, na tentativa de conceituação e de uma noção das diferentes compreensões, também retrata as diferenças criadas pelo patriarcado entre a sexualidade feminina e masculina.

Na seqüência trata de *Gênero, como entra nesta história?* e, com este tema, aborda a construção desigual de gênero e o porquê da diminuição das mulheres. Em *As Novas Relações de Gênero*, as reflexões são fundamentadas no MMC como demanda da luta das mulheres que não aceitam mais o “ser menos”.

A alusão ou a fusão dos temas *Trabalho e Sexualidade*, vem na perspectiva de que ambos podem possibilitar a realização humana e estão imbricados entre si.

E, *O Campo dos Direitos das Mulheres*, reflete sobre a constituição das mulheres como sujeitos de direitos. Trata dos direitos reconhecidos e do desafio das mulheres exercerem os seus direitos legítimos com relação à sexualidade.

Mulheres, Feminismo e Organização pelo Direito a Sexualidade, traz, breves pinceladas sobre a luta feminista, que coloca as mulheres, obrigatoriamente, com suas exigências.

Por último, nas *Considerações Finais*, algumas idéias chaves das reflexões do todo deste material.

“

*Desabrocha do meu ventre
Mais de mil anos de história
Memórias de mulheres pagãs
Feiticeiras
Joanas
Caladas no fogo
Ressuscitadas no roxo de tantos lábios
Neste tempo...
Que chamo HOJE,
Gênero deságua em mãos estendidas:
MULHER.
Feminina como a vida.
Na alvorada sadia,
Ver nascer a produtora:
O trigo adormecido no pão;
Terra-esperança
O universo espera seu cálice
Num derrame de igualdade.*

”

(fragmentos, Zilda Moura)

Entendendo a Sexualidade

Parte-se do entendimento de sexualidade como manifestação natural dos seres humanos, com relação ao prazer, a busca de realização, que é expresso, via de regra, através do corpo.

A sexualidade é, também, produto histórico cultural que passa a ser restringido, permitido ou naturalizado quanto as formas de expressão, segundo a sociedade que vai se estabelecendo.

Não há como separar a sexualidade das relações estabelecidas entre as pessoas, bem como desconsiderar a sociedade em que se vive.

É bastante comum, atualmente, dois tipos de abordagem com relação à sexualidade: uma das formas é tratar, conjuntamente, sexualidade e afetividade partindo do pressuposto de que não, haveria, de separá-las, pois, há uma relação intrínseca entre ambas. Por outro lado, e muito se vê se fizermos uma pesquisa na Internet, por exemplo, que o tema da sexualidade, chega a ser confundido com sexo, puramente.



Para Muraro (2003), a sociedade patriarcal criou e mantém a divisão entre sexualidade e afetividade, especialmente, com relação ao universo masculino, porque: aos homens foi dado, construído e atribuído o direito de separar afeto/amor e sexo. E, em se tratando de mulheres, foi lhes atribuído o papel da reprodução e da negação do prazer sexual.

Neste sentido os homens se beneficiam de uma posição privilegiada na sociedade patriarcal machista: para eles, quanto mais sexo fizer, mais homem é, ao passo que, se for mulher, logicamente é tachada de “puta”, “vagabunda”, “prostituta”, “mulher da vida”, “mulher pública”, etc. Por isto em grande parte, elas precisam negar o sexo como algo natural, de suas vidas.

Bem, se atualmente as coisas funcionam assim, se faz necessário compreender como se chegou a isto, através de um rebusque na história.

A história da humanidade nem sempre foi de negação, opressão e exploração da sexualidade feminina. Vários estudiosos e estudiosas, pesquisadores e pesquisadoras afirmam a existência da Sociedade Matriarcal ou Matrilinear.

Segundo MMTR RS (1995), a sociedade matriarcal, sem classes sociais e sem domínio dos homens sobre as mulheres, foi a que vigorou no maior período da história da humanidade, ou seja: dos vinte milhões de anos, passando pelo desenvolvimento da sociedade de caça, onde os homens desenvolveram maior força física, até mais ou menos 20.000 anos, houve existência desta sociedade.

Entretanto, o estabelecimento da sociedade de classes e dominação sobre as mulheres não foi repentinamente.

Segundo consta, com o surgimento/criação da agricultura pelas mulheres, entre o período de mais ou menos 10 000 a 20 000 anos, elas ainda gozavam, em grande parte de liberdade e poder.

A invenção da agricultura bem como o domínio das técnicas utilizadas, a confecção dos primeiros instrumentos de trabalho, possibilitava-lhes reconhecimento.

Ainda neste período, as mulheres chegavam a ser endeusadas e a elas eram celebrados cultos e rituais, por causa da ligação com o

mistério e a vida/procriação. Falava-se na Grande Deusa, que era a mulher, vinculada á terra, pois ambas possibilitavam continuidade da vida. Esta fase durou até o estabelecimento do escravismo, por volta de 4 000 anos AC.

O patriarcado se constitui sobre o aniquilamento do matriarcado e se estabelece mais fortemente a partir dos últimos 20 000 para cá. É partir dele que se hierarquizam as relações e se cria as desigualdades de poder.

É a partir do regime escravocrata que a agricultura passa a ser dominada pelos homens, há legitimidade da propriedade privada sendo que as mulheres passam, também, a ser propriedade privada. Com isso: controladas, cerceadas e proibidas da sexualidade para si.

Com o estabelecimento do patriarcado, se criam as condições para os germes do que mais tarde vem a ser o capitalismo. E, na atualidade, o capital e o patriarcado andam juntos enquanto formas de ação de opressão e exploração. Tem-se que admitir que as mulheres são as maiores vítimas da aliança capital-patriarcado, e também o reproduzem, até porque a superestrutura social força as condições para acontecer.

A sexualidade das pessoas é expressa de diversas formas: no jeito particular de andar, de vestir, falar, interferir, se posicionar, ou se omitir porque em tudo implica posição de si, frente ao outro, a outra, ao mundo. Como, também, está relacionada à realização, implica em relações com as pessoas numa sociedade, que sabe-se, atualmente de classes sociais antagônicas.

Por isso, falar em sexualidade é bem mais amplo do que falar em sexo, ou relações de sexo. Tem-se que falar em relações entre os sexos, que estão na sociedade classista.

E, é nessa sociedade que, tanto as mulheres, como aqueles(as) que assumem orientação sexual diferente “do padrão”, são inferiorizados(as).

É vivendo na sociedade antagônica, ou com a oposição de classes, onde há relações de poder entre as pessoas que estabelecem relações, que vai se construindo a identidade das pessoas.

Gebara (2001), afirma que a identidade da mulher é uma identidade subalterna, e, mais: que a mulher, na sociedade patriarcalista, é um ser

para o outro, ao passo que o homem é um ser para si mesmo. A partir desta constatação se explica a inferiorização e a submissão das mulheres.

Nascer mulher e logo vir a se perceber como inferior é dolorido, mas, a naturalização da condição de inferioridade faz com que a maioria das mulheres não perceba que há algo de errado nisso.

A estrutura patriarcal classista trata de fazer com que “não se mexa em time que está ganhando” e legitima a inferioridade pela questão biológica, inclusive. Isto faz com que as mulheres, especialmente as pobres, se sintam culpadas pela sua condição de ‘desgraça’ e pouco ou nada conseguem reagir.

É difícil fazer o desvelamento da ação patriarcal, visto que nas relações familiares, por exemplo, há laços fortíssimos e um véu que camufla vários tipos de violência em nome do lar, dos filhos/as, parentes, etc. Quando há interesses financeiros, do capital, nestas relações, se torna um obstáculo a mais para ser revolvido.

A identidade subalterna, construída nas mulheres, leva a frustração e muitas vezes a competição entre elas mesmas. Porque as mulheres precisam disputar um homem? Porque tanto investimento do capital para remodelar e fabricar mulheres “perfeitas”?

Se elas precisam sempre estar concorrendo entre si, sendo mutiladas e enfeitadas para agradar o outro, é porque há um grande sentimento de inferioridade. De fato, os homens são seres que se bastam a si mesmos...

Para ilustrar a reflexão acima, pode-se citar Safiotti (2001) apud Richartz (2004): “o patriarcado trás implícita a noção de relações hierarquizadas entre os seres humanos com poderes desiguais. É ele que trás ferramentas explicativas para as desigualdades transformadas em subordinação das mulheres”.

Se há inferiorização e culpabilidade nas mulheres por parte dos homens e delas mesmas, o que é mais duro de ser encarado, como poderão elas viver plenamente sua sexualidade? Como poderão pessoas realizadas e felizes?

E, para concluir esta parte, um último questionamento: será que na sociedade capitalista é possível a vivência de uma sexualidade plena?



Gênero, como entra nesta história?

Como afirmado anteriormente, a sexualidade é algo inerente a cada pessoa, sendo que as pessoas estabelecem relações entre si. Todas as relações existentes entre as pessoas são relações de gênero, portanto, imbricadas de poder na sociedade classista.

As relações de gênero se dão no cotidiano das pessoas e nem sempre são da forma mais amistosa. As diferenças fazem surgir conflitos, o que é natural.

A sociedade tem criado, mantido e até legalizado muitas normatizações do que é “certo e do que não é certo” acerca das relações de gênero. Por isso o que é “normal” em um determinado país pode ser um escândalo frente às pessoas de outras nações.

Geralmente, aquilo que é legalizado enquanto norma advém de práticas e costumes que se tornam cotidianamente aceitos. Por isto, muitas vezes a legalização esconde práticas de violência, especialmente contra mulheres.

Muitos ritos e costumes patriarcais são aceitos como naturais em nome da cultura: mulheres são apedrejadas até a morte, quando acusadas de adúlteras; estupros de meninas se tornam normais, por exemplo em rituais de iniciação masculina na África; ainda continua a prática de arrancar-lhes o clitóris para que não sintam prazer... E, aí se fala em igualdade de gênero, se historicamente da era escravagista até os dias atuais, as mulheres foram violentadas e proibidas.

Diante da violência histórica não há como falar em igualdade de gênero, como se tudo fosse resolvido, ou que com a existência de uma lei, que diz que “todos são iguais”, haverá igualdade. A igualdade não acontece repentinamente, muito menos na sociedade desigual.

Aquilo que está na consciência, no imaginário das pessoas, construído de geração em geração, não desaparece com o fato de que surgiu uma lei, dizendo o contrário. É preciso condições para ir forjando as mudanças nas relações entre as pessoas.

Por isso, segundo reflexões do Movimento de Mulheres Camponesas, falta muito em termos de empoderamento das mulheres para se chegar a equiparidade. Dado a discriminação e a marginalização das mulheres, elas, mais do que nunca, necessitam, em primeiro lugar saber que podem, que tem direito.

E, os direitos são conquistados com Luta, por que aí há emancipação, apropriação do direito. Quando alguém “concede” direitos a alguém, há problemas. E se fala em direitos das mulheres, é porque há uma situação de desigualdade de gênero (poder).

Por outro lado, falar em direito, não basta, considerando que se vive numa sociedade que cada vez mais, vai ampliando as desigualdades. Os direitos devem ser entendidos como sendo alguns passos que se dá em direção do poder equitativo – a criação das condições para as mulheres poderem se colocar no cenário rumo a “igualdade de gênero”.

Os direitos que vão sendo conquistados para se chegar a equiparidade ou equidade de gênero, são importantes, não há dúvida. Mas, não se pode perder de vista a construção de outra sociedade, da possibilidade da vivência de novas relações de gênero.

A tão falada igualdade de gênero tem sido uma falácia, sendo que Gebara diria que as mulheres precisam ocupar o lugar que é seu e que no momento ainda está ocupado por outro;

Propomos uma reapropriação do nosso poder, de poder roubado. Não se rouba só casa. Não se rouba só terra,

se rouba poder. Rouba-se poder quando se convence ou outros, mesmo, que eles não têm poder. Isto é roubo, diminuição. Nós mulheres não queremos entrar na estrutura da diminuição (...) queremos, reapropriar-nos de um poder que nos constitui (GEBARA, 2001:61).

É através da reapropriação daquilo que falta às mulheres, que será possível a equidade de gênero. Por isto, restringir o tema das relações de gênero a relações de sexo é uma forma de esconder e omitir o debate de fundo, que é o empoderamento. Uma coisa é muito diferente da outra.

Gênero, da mesma forma que sexualidade, não pode ser restrito a sexo, tampouco como “coisa de mulher”, o que acontece muito.

Se foram as mulheres que colocaram o debate de gênero na sociedade, foi por causa da necessidade dessa demanda, que lhes negava e nega naquilo que lhes pertence. Por isso, o debate de gênero é em vista de alterações do poder centralizado, hierarquizado. E, puxado, especialmente por elas.

As relações de gênero são conflitantes e, quando há muita calma, cuidado, que por detrás da calma há uma paz falsa a custo de naturalização da violência que nega as mulheres como sujeito.

Contudo não se quer dizer que quando se fala em relação de gênero está se falando de uma guerra permanente. Onde há relação de poder, há conflito, e, as relações de gênero, são relações de poder – de um sobre o outro, ou ainda, de alguém que busca o que é seu e está em poder do outro.

Olhando para a história, não faz muito tempo que surgiram as discussões de gênero. Aliás, não surgiu, a discussão foi colocada há muito custo pela luta das mulheres, de forma especial, pela luta feminista. O silenciamento e o sufocamento da voz e das demandas das mulheres foi tão generalizada, pelo patriarcado, que custou a eclodir.

No Brasil, segundo Frei Betto (2001), surgem sinais do feminismo a partir da década de 1950 e num primeiro momento é centrado no direito à cidadania das mulheres, direito a voto. Num segundo momen-

to, com maior força, a partir do final da década de 1970, surgem as reivindicações das mulheres por direitos sexuais e reprodutivos, também direito a prazer sexual.

Com a citação acima, fica evidente que através da Organização das mulheres, que foi uma luta de gênero, se conseguiu pautar as mulheres como seres de alguns direitos. “É através da opressão e da exploração sofridas no cotidiano, e encontrando formas de reação, através da subversão, especialmente, coletiva, que se possibilita às mulheres, libertação e auto-estima” (CONTE, 2008: p. 4).



O debate de gênero, muitas vezes vai cair no debate da auto-estima, e, não raro, de forma distorcida. Mas, o entendimento da citação acima, vem na intenção de que as mulheres precisam resgatar e reconstruir a auto-estima perdida ou expropriada.

Somente quando elas conseguirem superar a identidade subalterna e se colocar como ser que vale tanto quanto o outro, vai ser possível falar em igualdade de gênero, em sexualidade realizada! Para tanto, é necessário desconstruir a inferiorização e a invisibilidade das mulheres.

Com a recuperação do poder roubado, que possibilitará a identidade não mais de Ser Subalterno, mas sim de pessoa realizada, se pode ir dando passos rumo a o que se chama de Novas Relações de Gênero.



Novas Relações de Gênero

Quando se fala em ‘novas’, obviamente, entende-se que há ‘velhas’, ou seja: aquelas que precisam ser superadas. E, as mulheres, em luta, colocaram a necessidade de “Câmbio” porque cansaram de serem invisíveis, desconsideradas.

Há o entendimento, também, que o novo nasce a partir do velho¹, das estruturas carriadas de uma sociedade discriminatória, separatista e negadora de poder para uma parte dela.

É preciso considerar, por conseguinte, que para nascer o novo, a partir da sociedade velha que vai sendo superada, é necessário o esforço de viver e constituir novas experiências.

Sendo assim, o novo vai se colocando, de forma não tão tranqüila, se sobrepondo ao velho, porque nenhuma mudança/alteração de estrutura é tão pacífica, tampouco se dá de forma espontânea.

Logo, quando se começa a romper com paradigmas sacramentados em boa parte da história humana, temos que olhar para o próprio curso da história² para percebermos como é que tal paradigma se constituiu e como podemos fazer para rompê-lo.

O rompimento com o velho, em vista das novas relações de gênero, é em vista da liberdade das mulheres, que venha lhes permitir a vivência plena de sua sexualidade.

¹ Concepção marxista in Iasi, Mauro; O processo de Consciência, 1999.

² Segundo Marx, é o mesmo que historicizar, fazer análise do ponto de vista histórico.

Olhando, atualmente, para o mundo contemporâneo se percebe que não é mais possível desconsiderar as mulheres, porque a luta delas as colocou no cenário há alguns anos. E, muitas vezes, se faz de conta que elas estão inclusas, quando se diz “homens e mulheres, companheiros e companheiras”, mesmo contra vontades particulares e pessoais.

Refere-se às mulheres porque é feio esquecê-las e, a sociedade, já cobra isso. O “normal” foi sempre ignorá-las porque o lugar delas não é o espaço público. Então, agora, ter que citá-las, é um inconveniente por parte de alguns. Parece até que elas se meteram num espaço que estava tranqüilo e causaram o desequilíbrio.



A presença feminina exige uma postura diferenciada, que desacomoda e faz pensar, e, além disso, leva a fazer o exercício de se colocar no lugar de. É fácil, até, dizer ‘homens e mulheres’, no entanto, é difícil conceber a idéia de colocar as mulheres no mesmo âmbito de poder que os homens³. Isto por que: pelo menos nos últimos dez mil anos, às mulheres foram determinados papéis e lugares secundários. Da parte dos homens é cômodo se manterem na posição em que estão, porque há privilégios para si, em detrimento das mulheres.

O lugar masculino é de vantagem e é por isto que as mulheres precisam buscar o novo e não aceitar a naturalização que as oprime e as faz menos.

³ Segundo Muraro, Rose Marie, quando fala do patriarcalismo que se estabelece inaugurando a sociedade desigual, de classes e de opressão das mulheres como seres mais ‘fracos’.

Nós mesmas mulheres, muitas vezes acolhemos esta condição particular como se a natureza ou as forças divinas tivessem feito uma divisão de capacidades e papéis, de forma que só nos resta aceitar com submissão a evidente força masculina. (<http://latinoamericana.org/2004/textos/portugues/Gebara.htm>)

Bulir em algo enraizado, inclusive, como elemento de cultura⁴, que questiona o Ser Mulher e o Ser Homem e seus papéis na história, é tarefa árdua e constante. Dificilmente se consegue avançar com ações isoladas e particulares.

Questionar o lugar onde se está exige desacomodamento, e como consequência, algum tipo de reação.

O olhar sobre a sociedade é bastante revelador e para as mulheres saírem da posição do ser menos, exige mexer no complexo campo das relações estabelecidas. É neste campo, quando se colocam mulheres e homens, que elas estão como inferiores, incapazes, insignificantes e muitos “IN”, ainda, portanto, é neste mesmo campo que deve haver alterações.

Tais alterações vão remexer tanto na esfera da cultura (relações) como da economia (espaço de poder). Conseqüentemente, a verdadeira mudança rumo ao socialismo para todos e todas, necessariamente, se dará quando se buscará, através da luta popular/social, por um socialismo que inclui as mulheres de fato.

É pelo fato da reivindicação de um socialismo que não seja pela metade que elas, nos Movimentos populares e/ou feministas afirmam que “*sem feminismo não há socialismo*”.

Para se chegar as Novas Relações não há nenhum manual, tampouco receituário. Só se sabe que o que não serve, do ponto de vista dos oprimidos(as), deve ser superado. O que se sabe e se busca por parte das mulheres, de forma especial, é o Novo a ser vivenciado entre os seres humanos e destes para com o universo, a natureza.

As proposições da Construção das Novas Relações de Gênero, vão na linha do Cuidado, conforme Leonardo Boff:

⁴ Patriarcal, segundo Muraro, 2000.

- ⇒ Que esse Cuidado não signifique tolhimento do prazer das mulheres nem que a carga de responsabilidade fique sobre elas, somente.
- ⇒ O saber cuidar deverá proporcionar relações não de descarte nem de uso de um como objeto de outro. A velha moral burguesa da igreja não serve como parâmetro. Tem-se muito o que construir e que essas construções sejam a partir das mulheres assumirem que estão em desvantagem, rumo à superação.
- ⇒ As mulheres assumirem que estão em desvantagem com relação aos homens, significa terem e construírem espaços de debates autônomos, bem como Organizações autônomas de mulheres, para: construírem e consolidarem lutas rumo a reapropriação do poder que lhes foi roubado. Por isso, nem tudo pode e deve ser feito junto com os companheiros homens, por que há uma relação de opressor (homem) e oprimido (mulher)⁵.
- ⇒ Que a liberdade seja sinônimo de companheirismo, de compartilhamento entre eles e elas. Que elas não precisam ter medo de falar, de dizer suas vontades, seus sonhos, muito menos, de esquecer o sonho pessoal e passar a sonhar aquilo que agrada os outros. Que o amor que as mulheres sentem não precise ser revertido em trabalho e servidão em prol de outros (companheiro, filhos/as).
- ⇒ Que as mulheres possam decidir, sim, sobre seus corpos, mas, que não precise ser após serem vítimas daquilo que a sociedade patriarcal as sujeita. As mulheres, de forma geral, precisam superar a idéia de que o sexo deva ser necessariamente para agradar o outro, muitas vezes em detrimento do seu prazer ou medo da perda do outro. O medo da perda significa, segundo Muraro (2001)⁶ a carga de inferioridade que as mulheres carregam, fruto do patriarcalismo, do ser menos.

⁵ Relação opressor-oprimido – segundo FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. SP. Paz e Terra, 1987.

⁶ Rose Marie Muraro, *Os seis meses em que fui homem*. 2000

Sabe-se, porém, que diante de tudo isso as Novas Relações, assim como A Nova Sociedade não se dá de forma passiva e pacífica. É necessário Luta e Organização. Junto com a luta pela transformação da sociedade de classe, deverá ser feita a luta pela transformação das relações de gênero. Ou, não haverá, efetivamente, transformação.

Então, é preciso continuar os debates em vista de ampliar e fortalecer a luta antipatriarcal e anticapitalista para construir esse novo, com empoderamento das mulheres, onde elas vivem sua sexualidade prazerosamente.

Sexualidade e Trabalho

A mistura destes dois temas parece um tanto estranha, mas afirma-se que há uma grande relação entre ambos, porque: como já afirmado anteriormente, a sexualidade é expressa no mesmo corpo que trabalha. Então, o trabalho também interfere na expressão da sexualidade.

E, mais, a sexualidade que é expressa no corpo, está, também, na subjetividade, no universo simbólico, local onde está o trabalho porque é constituidor do ser humano.



Segundo Antunes (2007), é através do trabalho que o ser humano se constitui como Humano; que através do desenvolvimento e aprimoramento do trabalho, suas técnicas e instrumentos, que vai ser possível a evolução da espécie. E, que através do trabalho se dá a satisfação das necessidades humanas, bem como a possibilidade de conforto e bem estar. Junto a isto, o trabalho, é a única forma capaz de gerar os bens, que por sua vez podem

ser apropriados por poucos, ou, socializados entre todos e todas. Como a sociedade em questão é capitalista, os bens, fruto do trabalho acabam sendo apropriados pela minoria.

O trabalho pode se transformar tanto em elemento de prazer e satisfação, como de frustração e alienação. A alienação do trabalho, conforme Marx, se dá quando o ser humano não se reconhece naquilo que faz. E, na sociedade capitalista, quase que a totalidade do trabalho considerado produtivo, é alienado e alienador – porque é expropriada pelos capitalistas.

Voltando a refletir sobre sexualidade e trabalho, Muraro (2004), quando fala de si, faz a afirmação de que em seu casamento, levava uma vida sexual boa, no entanto era impossibilitada de se expressar intelectualmente. Para ela o exercício da intelectualidade era seu trabalho, prazeroso. A autora cita este fato para dizer que era tolhida sexualmente, uma vez que não sentia-se realizada no casamento que mantinha. Este elemento confirma a junção de trabalho como sendo pertinente à sexualidade. Na mesma obra ela escreve:

As bruxas na Idade Média eram as mulheres que tinham orgasmo e poder. As duas transgressões mais graves que uma mulher poderia viver. Na idade Média todas as mulheres que sentissem prazer e fossem inteligentes mereciam a fogueira (MURARO, 2004: p. 162).

A realidade de vida das mulheres com relação ao trabalho é bastante dura. Segundo a SOF (2005), as mulheres realizam dois terços do trabalho do mundo, sendo que a remuneração delas é de um terço, se comparado ao valor recebido pelos homens. Neste caso fica evidenciado a sobrecarga de trabalho, além do não reconhecimento pelo trabalho realizado. Contudo, sem melindres dá para afirmar que estes são elementos que constituem uma sexualidade frustrada nas mulheres.

Muitas falas sobre as mulheres põe como grande feito a inserção delas no mercado de trabalho. Temos que nos perguntar: que trabalhos? Quanto recebem pelo trabalho que realizam? Como é a jornada de trabalho entre tarefas domésticas, cuidados e trabalho remunerado? Que tempo elas têm para as coisas que lhes dão prazer/satisfação?

Os “cuidados” que assumem para com seus corpos no que se refere a uso de cosméticos e cirurgias plásticas são em vista de si, de seu ego, ou para agradar os outros (homens) ou para concorrer com outras mulheres? Por que precisam disputar homens, concorrendo com outras mulheres?

Na sociedade capitalista o trabalho considerado produtivo é aquele que gera mais valia (acumulação de capital) ao passo que o trabalho considerado improdutivo é o trabalho na esfera da reprodução. E, as mulheres, realizam a maior parte ou quase a totalidade deste trabalho, considerado improdutivo.

Em geral o trabalho improdutivo, ou de reprodução da vida é tarefa considerada “natural” das mulheres. Fica no campo dos Cuidados. Cuidado dos filhos(as), idosos, limpeza e higiene, alimentação, saúde e educação. No mais, esta porção de tarefas, que muitas vezes são executadas, mesmo quando as mulheres possuem outra jornada fora de casa, é considerada Serviço. E o serviço atribuído as mulheres perpetua a condição de Serviçal, quem nasceu para servir e agradar.

O ethos do cuidado está relacionado com os costumes, com os modos de viver e, por sua vez, com a morada como refúgio. Seu sentido consiste em valorizar atitudes de proteção que paradoxalmente se atribuem como responsabilidade das mulheres em âmbito privado, e que nega suas possibilidades de liberdade e autonomia no público e no que se refere a decisões e direitos (...) (PAÑUELOS EN REBELDÍA, 2007, p. 102).

As mulheres precisam, atualmente, exigir divisão de todos os cuidados que recai sobre elas, pois acabam “carregando todo o peso do piano”. A carga toda acaba desencadeando em doença e depressão... Elas precisam se perguntar: “Quem cuida de mim, enquanto mulher?” “Porque não sou merecedora de cuidados?”.

Percebe-se que o patriarcalismo foi criando um estereótipo de sociedade onde as mulheres são encaixadas, desde que, sejam para servir, ficar caladas e dar lucro, inclusive, multiplicando mão-de-obra barata. Algumas habilidades no campo que lhes possibilita reconhecimento são negadas.

Por exemplo: no campo economia são poucas as mulheres reconhecidas, aliás, é um grande desafio elas ingressarem e permanecerem

nesta área. Mas, a contradição está no fato de que nos países pobres, serem as primeiras responsáveis pelo sustento das famílias.

Constatou-se, também, segundo Carvalho (2004), que nos países pobres, são as mulheres as responsáveis de prover cerca de 80% da alimentação das pessoas. Isto, não é reconhecido como uma forma de pensar economicamente. Diante disso, o que é revoltante, é o fato de que foi criada uma economia que põe de fora, quem a gerencia de fato.



Para Faria e Nobre (2003), a economia das mulheres é uma economia invisível até porque o mercado criou condições para os homens, não pensando nas mulheres. Nesse mesmo mercado, as mulheres tiveram que se adequar e conciliar as tarefas domésticas com o trabalho em âmbito público. Somente o mundo público possui reconhecimento social e nos estudos econômicos as necessidades humanas não aparecem.

Segundo as autoras acima citadas, quando Marx faz a análise econômica a partir do capitalismo, o trabalho doméstico é considerado trabalho improdutivo, ou seja: não considerado na economia porque não gera mais-valia, possuindo valor de uso e não de troca⁷. Se foi o patriarcado que se encarregou de colocar as mulheres no espaço privado, o capitalismo se encarregou de valorizar o trabalho em âmbito público e desconsiderar o trabalho em parâmetro privado, onde foram postas as mulheres.

⁷ A partir dos escritos de O Capital, volume 1 –de Karl Marx, filósofo e economista alemão.

Ser um Ser fértil, capaz de engravidar, por um lado gera consumo (para quem pode), mas, por outro é um problema, por causa do mercado de trabalho, e mesmo da força de trabalho na roça. Uma criança é dependente e precisa de alguém para cuidá-la

A sociedade patriarcal atribuiu essa tarefa às mulheres, até porque, num primeiro momento, as crianças dependem da alimentação do seio materno, com raras exceções. Logo, as mulheres oscilam no mercado de trabalho e não raramente abandonam planos de carreira por causa da maternidade.

No caso das camponesas, o fato de engravidarem faz repensar a força de trabalho que move a unidade de produção. Muitas vezes isto não é visto com bons olhos. Parece que a mulher está atrapalhando algo, ou por causa da condição dela, as coisas saem ‘do esquema’.

Quanto maior a pobreza, maior a culpa da gravidez por parte das mulheres. Parece que ela e somente ela é responsável por engravidar e gerar mais bocas famintas. Essa culpabilidade, até poucos anos atrás fazia com que as mulheres escondiam o quanto mais podiam que estavam gestando.

O peso de uma religiosidade masculina ou masculinizada e celibatária castradora as proibia (e proíbe) de praticarem aborto. As que recorriam a essa prática, carregavam (e de certa forma carregam) a culpa para todo o sempre.

As mulheres estão no mundo do trabalho, mas ainda não da mesma forma nas esferas de decisões e de poder. O trabalho de reprodução, naturalizado como sendo algo de mulher, e, o trabalho dos homens é visto como ajuda neste campo. Se é ajuda, é praticamente um favor, e não uma responsabilidade.

Parece ser coisa pouca exigir a distribuição das tarefas domésticas, assim como dos cuidados, no entanto, enquanto isto não se efetua, as mulheres continuam restritas ao espaço privado. A distribuição ou não das tarefas e cuidados, determina quem sai quem continua impossibilitada de sair de casa, por exemplo.

Até que o trabalho das mulheres não é tido como algo que satisfaz e possibilita felicidade, continua a perpetuação da identidade subalterna. E, diante disso, como viver de fato a Sexualidade?

O campo dos Direitos das Mulheres

Pode-se começar perguntando, o que os direitos das mulheres têm a ver com a sexualidade? Por que se tem falado tanto em direitos das mulheres?

Quando se busca por direitos, se evidencia a falta destes. E, no caso das mulheres se sabe que foi tanta negação e desconsideração delas, que o clamor pela reconquista é bastante forte. Durante muito tempo o massacre sobre elas foi tanto, que demorou bastante tempo para conseguirem levantar a voz.



A luta por direitos das mulheres aparece recentemente, se for considerar a história. Todavia, não há dúvida de que havia reações das oprimidas, no entanto, foram boicotadas, abortadas e silenciadas. E, mesmo quando se tornavam processos de luta evidenciadas, eram

negadas por parte de quem não admitia que as mulheres fossem seres humanos, com capacidade.

Sabe-se que há necessidade de retomar o espaço seu como Direito. E, para falar em direito, é preciso se colocar como sujeito de direito; como gente a ser considerada. Houve uma desqualificação das mulheres, inclusive, daquilo que passou a ser tido como tarefas e responsabilidades suas.



Na sociedade capitalista, um jeito de continuar a desconsideração sobre as mulheres e seus trabalhos, é romantizando “o ser mãe”, “rainha do lar”, como forma de esconder a penosidade e a sobrecarga de trabalho. Junto a isto, a idéia de que a mulher sempre deve estar pronta, disponível para servir, independente de ter direitos... “faz porque é mulher, portanto, tarefa dela...”

Para negar as mulheres como sujeitos de direito, um jeito achado pelo patriarcado, foi a invisibilização delas. Estranho, porque para servir sexualmente elas existiam, mesmo recebendo a qualificação como hereges. Mas, para algo que lhes daria reconhecimento, passavam a não existir.

Muito do que foi produzido e inventado pelas mulheres foi apropriado por homens. Como elas haveriam de reivindicar direitos? Boa parte ou quase tudo o foi escrito por mulheres, durante centenas de anos, foi queimado junto com elas nas fogueiras. Por isto, atualmente,

é tão difícil recuperar a história porque ela “desapareceu”, e, depois, foi distorcida. Dois exemplos:

Em plena ilustração, encontramos na França Emilie du Châtelet (1706- 1749). Ela conheceu Voltaire em 1733. Se dedicou a experimentos na ótica newtoniana. Quando publicou ‘elementos da Filosofia de Newton’ atribuindo a Voltaire, este sempre afirmou que madame de Châtelet havia sido sua única autora. Voltaire, colega e amante, disse a ela: “Foi um grande homem, cujo único defeito consistiu em ser mulher”.

Mileva Maric escreveu em uma carta: “Há pouco temos terminado um trabalho muito importante que fará mundialmente famoso meu marido”. Mileva foi a primeira mulher reconhecida como gênio Einstein; esta impressionou seus companheiros por seus conhecimentos matemáticos e por sua genialidade. Os amigos e colegas de seu marido disseram a ela: “Sabíamos que ela era a base sobre qual Albert se levantava, que era famoso graças a ela. Resolvia todos os problemas matemáticos, em especial os relacionados com a teoria da relatividade”. Nunca nos ensinaram isto nas escolas. (PAÑUELOS EM REBELDÍA, 2007, p. 124).

Diante da colocação do lugar histórico das mulheres nas sociedades patriarcais, as exigências dos direitos vem para possibilitar um passo mais na reconquista de sua dignidade – que precisa ser reconstruída.

No Brasil, por exemplo, as mulheres camponesas passam a ser consideradas trabalhadoras, com direito reconhecido na Constituição Federal de 1988, apenas. Isto devido a um amplo processo de luta feito por elas. Direito a voto, as mulheres camponesas tiveram efetivamente, após o período de redemocratização, a partir de 1984, visto que não possuíam documentos pessoais que lhe permitissem o acesso a este direito. Cabe ressaltar que o instrumento que institui o voto feminino no Brasil é o Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932.

A Constituição Federal do Brasil, de 1988 declara que “todos são iguais perante a Lei”, no entanto a tal de igualdade está longe de ser uma realidade.

As mulheres que estão na luta já perceberam faz tempo que Não é uma lei, em si, que possibilitará um salto repentino da condição de inferioridade e negação para uma condição emancipatória. Precisa-se de condições objetivas.

Como fazer de conta que a não participação secular das mulheres lhe permite a mesma condição do que a dos homens, acostumados a espaços e exercícios de poder?

É com muito sacrifício que a linguagem, recentemente, agora, através da luta feminista, está considerando as mulheres, entretanto, há muito o que se avançar. Durante muito tempo a linguagem, e por consequência, o pensamento, desconsiderava a existência das mulheres. Com a desconsideração, como poderiam reivindicar direitos, se não existiam? Para ilustrar:

A língua expressa tradições patriarcais de quem a fala, os usos misóginos do léxico e da gramática pretendem nos simplificar, e simplificar as palavras e seus conteúdos; nesta espécie “em si” se acaba mutilando a humanidade já que uma parte substancial dela não é nomeada. Assim, nós mulheres somos devoradas por uma operação que se postula “inofensiva”, “neutra”, “genérica” e “inclusiva”; e este ato violento e cotidiano acaba desmistificando-nos individual e coletivamente. (PAÑUELOS EN REBELDÍA, 2007, p. 118).

As palavras que parecem ser tão normais no dia-a-dia das pessoas, na maioria das vezes não são percebidas como carregadas de machismo e preconceito para com as mulheres. A sociedade desigual se encarregou de cristalizar algumas ‘normalidades’, onde o normal é a não existência das mulheres.

A linguagem sexista, por sua vez, apenas externaliza comportamentos e práticas, que nas entrelinhas, os homens consideram normal que as mulheres não estejam em alguns espaços.

Demonstra-se uma dificuldade tão grande de dialogar com o diferente, sendo elas as consideradas diferentes, porque a estrutura como um todo foi pensada a partir do masculino. Muitas universidades ainda mantêm espaço próprio para homens, dado que as mulheres não deveriam estar lá.

Ainda, em pleno século XXI ecoa o clamor feminino: “nós queremos participar” e como resposta: “pensávamos que vocês não iriam querer estar porque... é coisa de homem”.

De forma geral, na sociedade capitalista, tudo aquilo que foi concedido como direito às mulheres, foi por conta de que os homens já não tinham interesse em certos espaços. Ex: o trabalho serviçal nas igrejas, as tarefas no campo da educação e da saúde, afirmando que as mulheres têm mais jeito para isto... Com isto, jogaram sobre elas, as tarefas não remuneradas e dos cuidados, onde recebem salário menor...



A luta feminista colocou em pauta Os Direitos das Mulheres, inclusive, o direito de decisão sobre seu próprio corpo. Foi e continua sendo “Um Deus nos acuda”. Se assumir feminista, assim como querer ter direito ao seu próprio corpo parece uma grande afronta. As mulheres foram convencidas que elas jamais teriam este direito.

A luta para fazer avançar os direitos sociais das mulheres, assim como da classe trabalhadora está sendo cada vez mais árdua. O capital vem engolindo os direitos já conquistados, para maximizar, ainda mais, seus lucros. O roubo dos direitos já reconhecidos não pode ser admitido de forma alguma.

Mas, além dos direitos reconhecidos por lei, é preciso que as mulheres avancem no campo dos direitos legítimos, que são negados pelo sistema capitalista patriarcal. Por exemplo: precisam superar a dependência e a inferioridade, que faz com que ainda justifiquem tudo, que prestem contas ‘a um dono de si’.

Precisam exercer a liberdade como um direito para serem felizes.



Mulheres, Feminismo e Organização pelo **Direito** a Sexualidade

Sabe-se pela história, que o movimento feminista nasce por reivindicação dos direitos das mulheres. Entre os tais direitos, o que se evidencia é a liberdade, ou libertação.

Logo, se percebe que as mulheres se deram conta das formas de aprisionamento a que estavam (e continuam, de certa forma), submetidas.

As formas de encadeiamento, como prisão, era justamente, da falta de liberdade e de poder de decisão. Partiu-se da constatação que o que falavam não tinha valor, o que faziam era apropriado ou valia menos, que eram proibidas de participar...

Perceberam que a falta de igualdade de condições de direitos, lhes colocava em situação de violência. As estruturas eclesiais, educacionais e familiares reproduziam a inferiorização, e, diante disso, algumas mulheres passaram a não concordar e a se rebelar.

Segundo Conte (2008), as “rebeldes” passam a se organizar e por isso o feminismo é tido como algo fora da lei e, desde logo, começa a ser combatido. A ONU⁸ foi pressionada e declarou em 1975, o Ano Internacional da Mulher e, que, posteriormente, declarou de 1975 a 1985, a década da Mulher em todo o mundo. Todas aquelas que, até então, não tinham voz e vez, têm um instrumento que começa a lhe dar força e a fazer uma enorme pressão coletiva, para a transformação das relações desiguais de gênero.

⁸ Organização das Nações Unidas.

O movimento das esquerdas brasileiras, mesmo durante ou após a ditadura militar não foi capaz de incluir em sua agenda, de forma efetiva, as questões das mulheres, entendendo que tais questões se resolveriam automaticamente com as transformações de cunho econômico, e, foi um grande equívoco.

Na década de 1970, no Brasil, um grande número de mulheres passou a ser militante de partidos políticos e sindicatos, porém, nada mudava dentro dessas estruturas, pensadas por homens. Para ilustrar, eis a citação abaixo:

Agora me pergunto se a incapacidade do socialismo de abrir espaço para a agenda feminista – para realmente adotar esta agenda à medida que emerge naturalmente em cada história e cada cultura – seria uma das razões pelas quais o socialismo não poderia sobreviver como sistema (MÉSZARÓS, 2002: 290).

É oportuna a colocação do autor acima citado, entretanto, não há de se concordar que o movimento feminista é algo que surge naturalmente na história. Se fosse pela naturalidade e pela naturalização das coisas, justamente o feminismo jamais existiria. As mulheres feministas eram acusadas, pelos chamados esquerdistas, de dividirem a luta, de serem contra o socialismo, e de serem, portanto, anti-revolucionárias.

Para PAÑUELOS EN REBELDÍA (2007), foi com a volta de muitas mulheres do exílio de países europeus, especialmente, que o feminismo recebeu força na América Latina.

Durante o período de exílio, elas conseguiram encontrar companheiras feministas e, então, entender, a importância de ter espaços e organizações específicos de debates sobre os temas que dizem respeito às mulheres, seus corpos e a condução de suas vidas. É desta forma que se visualiza a possibilidade de recuperar e construir a auto-estima individual e coletiva das mulheres.

Foi através da luta específica das mulheres que elas reivindicam o direito a sua sexualidade, quando afirmam que não são menos que ninguém.

O desafio da construção e da afirmação do feminismo permanece. Mesmo que o feminismo sempre sofreu as críticas de ser um Movimento burguês, as mulheres da classe trabalhadora o sentiram como uma grande necessidade e o entendem.



O Movimento feminista que vem para colocar as mulheres em cenário de direito, como já afirmado, só poderia nascer onde havia condições para tal. Se não nasceu na camada mais empobrecida e necessitada de direitos, é porque as mulheres que estavam nesta condição foram tão oprimidas, que não conseguiram esboçar reações.

Na atualidade vários movimentos feministas se assumem como anticapitalistas e negam o patriarcado e as ações do capital, porque ambos massacram as mulheres.

Considerações Finais

Como considerações finais, o reforço de algumas idéias, que merecem destaque:

Antes não se levava em consideração que além dos interesses de classe existem interesses de gênero. Agora, nós mulheres, estamos mostrando nas relações sociais, nas relações de classe, nas diferentes relações, presentes na nossa cultura que existem interesses de gênero. E, os interesses de gênero revelam a dominação social de um gênero sobre o outro, dominação econômica de um gênero sobre o outro. (GEBARA, 2001. p. 09).

A sexualidade deve ser compreendida como um todo das pessoas, rumo a realização pessoal e coletiva. Diante disso, o desafio das mulheres, reconstituírem a sua identidade.

A continuidade da luta por direitos deve galgar passos rumo a conquista de poder, empoderamento das mulheres.

É preciso haver distribuição de tarefas domésticas, bem como de todos os cuidados, para que seja possível a participação das mulheres nas esferas além do espaço privado.

Romper com o tabu de que as mulheres são inferiores e incapazes é um grande avanço à construção das novas relações de gênero.

Na sociedade capitalista a tal igualdade entre os seres humanos é uma farsa, pois não é possível, sendo que as mulheres são as, que sem dúvida, sofrem as maiores conseqüências.

As novas relações de gênero devem pautar o Novo entre os seres humanos e destes com a natureza.

As mulheres precisam de espaços e Organizações próprias de mulheres, para possibilitar a reapropriação do poder que lhes foi roubado. Precisam destes espaços para fazer exercícios de poder – para ser possível se colocarem como seres com igualdade.

O verdadeiro socialismo, só poderá acontecer se houver plena participação das mulheres na sua construção.

Referências

- ANTUNES, Ricardo (org). A Dialética do Trabalho. Escritas sobre Marx e Engels. São Paulo. 2ª. Ed. Expressão Popular, 2007.
- BOFF, Leonardo. Saber Cuidar. Ética do humano- compaixão pela Terra. São Paulo. Vozes, 1999.
- CARVALHO, Horácio Martins de. (org). O Camponato no Século XXI. Petrópolis. Vozes. SP, 2005.
- _____ (org). Sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade. Expressão Popular. SP, 2003.
- CONTE, Isaura Isabel. Mulheres feministas e camponesas? Revista eletrônica Espaço da Sophia. Vol. 15, ano II, Junho/2008.
- FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (org). A Produção do Viver. São Paulo. SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 2003.
- FREI BETTO. A Marca do Batom. São Paulo, agosto de 2001
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. RJ. 32ª ed. Paz e Terra, 1989.
- GEBARA, Ivone. Cultura e Relações de Gênero. São Paulo. Cepis, 2001.
- IASI. Mauro Luis. O Processo de Consciência. São Paulo. CPV, 1999
- MÉSZARÓS, István. Para Além do Capital. São Paulo. Boitempo, 2002.
- MMC Brasil. Material de Apoio. Secretaria Nacional. Passo Fundo, 2007.
- MMTR RS. A Evolução da Mulher na Humanidade. Passo Fundo. Textos internos, 1995
- MURARO, Rose Marie. Um Mundo Novo em Gestação. Campinas, Verus, 2003.
- _____ Memórias de Uma Mulher Impossível. 5ª ed. Rosa dos Ventos. Rio de Janeiro, 2004.
- _____ Os Seis Meses Em Que Fui Homem. RJ. 7ª. Ed. Rosa dos Tempos, 2001
- _____ Textos da Fogueira. Rio de Janeiro. Letraviva, 2000
- PAÑUELOS EM REBELDÍA. Hacia Una Pedagogia Feminista. Gêneros y Educación Popular. America Libre. Buenos Aires, 2007.
- RICHARTZ, Terezinha apud Safiotti H. Conceituado Gênero e Patriarcado. PUC São Paulo, 2004.
- SOF. Economia Feminista. Caderno de textos. São Paulo. SOF, 2005.